

## **18. UM OLHAR FREIREANO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EJA: DOIS EXEMPLOS RECENTES NO BRASIL**

*Jorge Teles*<sup>81</sup>

### **Resumo**

Este artigo objetiva refletir sobre a política pública de educação de jovens e adultos no Brasil da primeira década do século XXI, a partir do pensamento de Paulo Freire. Para tal, serão enfocadas duas experiências relevantes de instâncias dialógicas de construção de políticas públicas: a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) e a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Estas experiências se constituem em espaços de exercício de consciência crítica e de formação participativa de políticas para a educação de jovens e adultos. Como arenas de elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, ambas apontam para os desafios e possibilidades de políticas elaboradas em bases freireanas. Seus ensinamentos provocam os governos e a sociedade civil sobre inéditos viáveis nestas políticas públicas.

---

<sup>81</sup> Foi Diretor Nacional de Políticas de Educação de Jovens e Adultos entre 2007 e 2010. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense.

### **Abstract**

This article aims to reflect on public policy for youth and adult education in Brazil in the first decade of XXI century, from the thought of Paulo Freire. This will be focused two relevant experiences of dialogic instances of construction of public policies: the National Committee for Literacy and Adult Education (CNAEJA) and the Territorial Agenda of Integrated Development of Literacy and Youth and Adult Education. These experiences constitute practice areas of critical awareness and participatory training policies for youth and adult education. As arenas of formulation, monitoring and evaluation of public policies, both experiences point out challenges and possibilities of policies based on the thought of Freire. The lessons awake governments and civil society to the unknown-viable ways in the public policies.

## Introdução

O Brasil completa trinta anos de saída de um regime ditatorial. A redemocratização do país foi marcada por um reemergir de movimentos sociais, juntamente com o fortalecimento e (re) organização de grupos de pressão que funcionaram durante o regime de repressão. A abertura política não significou mudança imediata no cenário governamental. Após anos, a primeira eleição presidencial realizada de forma direta, ou seja, com voto popular, deu-se apenas em 1989. Contudo, a aprendizagem democrática continua acontecendo em um país que sofreu com duas ditaduras no século XX.

Do ponto de vista educacional, a situação reproduzia o cenário social mais amplo. Como um reflexo, a educação escolar sofria com uma concepção bancária, como diria Paulo Freire, ratificada pela influência de organismos financeiros internacionais que pressionavam por uma escola de “resultados”, no sentido de desempenho estrito no tocante a conteúdos pré-definidos unilateralmente. Esta condução da política educacional afastava-se da proposta freireana, tanto em suas diretrizes quanto em suas formas de construção.

A visão de construção coletiva de política pública, tão cara aos grupos de educação popular que atuavam no Brasil antes do Golpe civil-militar de 1964, não foi retomada com a abertura política.<sup>82</sup> Apesar dos processos de anistia, do retorno de educadores, intelectuais e formadores de opinião para o país – como foi o caso de Paulo Freire –, a atuação desses sujeitos não garantiu uma mudança significativa na forma em que se dava a construção

---

<sup>82</sup> Cabe frisar que atividades de educação popular continuaram a existir mesmo à margem da política nacional para educação. Após um período de inexistência, foi implantado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 1967 e o Ensino Supletivo em 1971 – políticas forjadas sem participação popular.